

**O ENSINO PROFISSIONAL EM FLORIANÓPOLIS:
ENTRE CORTES, COSTURAS E ALGUMAS AGULHADAS¹**

*Vocational education in Florianópolis: between cuts, seams and
some needles*

*L'enseignement professionnel à Florianópolis : entre coupures,
coutures et quelques points d'aiguilles*

Mara Rúbia Sant'Anna²

¹ As pesquisas desenvolvidas pelo LabMAES contaram com apoio da FAPESC entre 2018 a 2020 e, contam com o apoio do Programa de Iniciação Científica da UDESC, PROBIC, que remunera mensalmente estudantes de graduação selecionados. Desde o início deste projeto de pesquisa, participaram como bolsistas de iniciação científica: Juliana Pereira (2020 – 2023); Kássia Vianna (2021); Ana Beatriz Rossi (2021), Maria Eduarda Koerich (2021). Gabriel Nunes (2020); Ana Claudia Freitas (2021), Jackelyne Passos (2021 – 2022), Nathaly Schauber d'Oliveira (2022 – 2023) e Matheus da Maia (2022 – 2023).

²Doutora em História (UFRGS, 2005). Professora efetiva da Universidade do Estado de Santa Catarina. Professor permanente do PPGAV da mesma instituição. Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/894904241227782>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9101-5800>. E-mail mara.santanna@udesc.br

RESUMO

O ensino profissionalizante no contexto da capital catarinense e a partir do período republicano é o tema de pesquisa que fomentou a escrita desse artigo. Seu propósito foi refletir em que medida as diferentes modalidades de ensino profissionalizante praticadas em Florianópolis, de iniciativa pública, atentou para o perfil socioeconômico da sociedade local, em especial, as formações voltadas para o universo da produção e consumo do vestuário. Para alcançar tal objetivo foram arroladas fontes primárias como legislação estadual e anúncios de jornais e, igualmente, teses, dissertações e publicações diversas que trataram do tema, época e sociedade. Dada a vasta problemática definida, a delimitação temporal foi estabelecida entre 1910 e 1993. Após análises, se concluiu que os projetos educacionais profissionalizantes adotados não eram atentos à realidade socioeconômica e nem mesmo ao projeto de desenvolvimento local definido pela gestão estadual, cujas razões dessas decisões se devem a própria compreensão do que é o sistema produtivo do vestuário e o status social desfrutado por seus profissionais.

Palavras-chave: Ensino Profissionalizante. Florianópolis. Formação em Moda.

Abstract

Vocational education in the context of the capital of Santa Catarina and from the Republican period is the research theme that promoted the writing of this article. Its purpose was to reflect to what extent the different modalities of vocational education practiced in Florianópolis, of public activity, focused on the socioeconomic profile of local society, especially the formations focused on the universe of clothing production and consumption. To achieve this goal, primary sources such as state legislation and newspaper advertisements and, also, theses, dissertations and various publications that dealt with the theme, time and society were introduced. Given the vast problem defined, temporal delimitation was established between 1910 and 1993. After analysis, it was concluded that the professional educational projects adopted were not attentive to the socioeconomic reality and not even to the local development project defined by the state management, whose reasons for these decisions are due to the very understanding of what is the productive system of clothing and the social status enjoyed by its professionals.

Keywords: Vocational Education. Florianópolis. Fashion Training

Résumé

L'enseignement professionnel dans le contexte de la capitale de Santa Catarina (état de la région sud brésilienne) et de la période républicaine est le thème de recherche qui a favorisé la rédaction de cet article. Son but était de réfléchir sur quelle mesure les différentes modalités de l'enseignement professionnel pratiqués à Florianópolis, de l'activité publique, se concentraient sur le profil socio-économique de la société locale, en particulier les formations axées sur les univers de la production et de la consommation de vêtements. Pour atteindre cet objectif, des sources primaires telles que la législation de l'État et les annonces dans les journaux, ainsi que des thèses, des mémoires et diverses publications traitant du thème, de l'époque et de la société ont été introduites. Compte tenu du vaste problème défini, la délimitation temporelle a été établie entre 1910 et 1993. Après analyse, il a été conclu

que les projets de formation professionnelle adoptés n'étaient pas attentifs à la réalité socio-économique et même pas au projet de développement local défini par la direction de l'État, dont les raisons de ces décisions sont dues à la compréhension même de qui s'agit le système productif de vêtements et le statut social dont jouissent ses professionnels.

Mots-clé: *L'enseignement professionnel. Florianópolis. Formationen Mode*

1 INTRODUÇÃO

Dentro de uma formalidade acadêmica, que alija o encanto da leitura pela exigência da forma reconhecida pelos pares, os primeiros parágrafos abaixo atendem a essa demanda. Caso o leitor não se restrinja a tais amarras, pode avançar para os parágrafos da próxima página e se embalar pelo diálogo entre fontes documentais, argumentação segura e propósitos claros.

O presente artigo se ocupa do ensino profissionalizante ofertado em Florianópolis, em instituições de caráter público. Tem como objetivo refletir em que medida o referido ensino, objeto deste artigo, atentou para o perfil socioeconômico da sociedade local, em especial, às formações voltadas para o universo da produção e consumo do vestuário.

Para alcançar tal objetivo, foram arroladas fontes primárias, como legislação estadual e anúncios de jornais e, igualmente, teses, dissertações e publicações diversas que trataram do tema, época e sociedade. O acesso a esses documentos foram realizados por meio de pesquisas em plataformas digitais, como na Biblioteca Nacional, na Hemeroteca da Biblioteca do Estado de Santa Catarina e no sistema *pergamum* das bibliotecas universitárias de Santa Catarina e outras, a partir das palavras-chave: ensino profissionalizante, ensino de alfaiataria, história da educação brasileira. A coleta e seleção de títulos, por meio dos resumos dos diferentes documentos, durou 3 anos e foi realizado com apoio de bolsistas de iniciação científica. A documentação legal foi consultada e separada no sistema eletrônico do Congresso Nacional, e as leis estaduais, na biblioteca e arquivos da Assembleia Estadual de Santa Catarina, cujo acervo está parcialmente digitalizado. A parte armazenada fisicamente foi acessada, presencialmente, no ano de 2021 e começo de 2022.

Todo o estudo histórico econômico e sociocultural de Florianópolis foi realizado anteriormente, durante o doutoramento da autora em História. Na referida tese, todas as fontes e processos metodológicos estão explicitados (SANT'ANNA, 2005).

Caso haja, ainda, necessidade de situar em que escola historiográfica o presente trabalho se filia, considere a predominância de duas correntes que forjaram a historiadora que redige essas linhas e coordenou a pesquisa: a história cultural de Alain Corbin (1936) e a concepção discursiva e crítica do passado, praticada por Michel Foucault (1926 – 1984) e defendida por Walter Benjamin (1892 – 1940).

Dada a vasta problemática definida, a delimitação temporal foi estabelecida entre 1910 e 1968, ou seja, a partir do surgimento da Oficina de Alfaiate até o momento em que o curso de Alfaiate foi abolido da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, completada com o salto para o ano de 1993, em que o curso de Bacharelado em Moda foi aprovado para ingresso de estudantes na Universidade do Estado de Santa Catarina.

1.1 Situando o tema na produção acadêmica

A história do ensino profissionalizante não é recente e tem importantes autores brasileiros que se ocuparam dela, como Celso Sulcow Fonseca (1986), Alba Belinsky (2003) e Luiz Antônio Cunha (2000), no caso, com foco no ensino das artes e ofícios.

As narrativas apresentadas por esses autores e outros, geralmente, remontam às Reduções Jesuítas em que, no processo de catequização dos povos originários, as ordens religiosas empregavam as práticas manuais e artísticas como meios educativos daqueles sujeitos que, infelizmente, eram desapropriados de suas práticas culturais e identitárias para se tornarem úteis às atividades econômicas dos que os exploravam.

No período imperial, sobretudo numa perspectiva de aproximar a urbanidade brasileira dos modelos estéticos europeus, escolas dedicadas ao ensino de artes e ofícios foram sendo organizadas e se, por um lado, tais formações abasteciam o mercado de artes e ofícios de trabalhadores capazes de executar obras mais requintadas de marcenaria, pintura e vestimenta, por outro lado, a elite intelectual, que promovia e sustentava tais estabelecimentos de ensino, defendia a existência desse tipo de escola eivada de valores beneficentes e salvadores da nação. Pela combinação trabalho e moralidade, o ensino profissionalizante foi concebido e mantido como uma educação voltada para jovens trabalhadores provindos de grupos urbanos pobres e excluídos, como bem explicita Alba Belinsky (2003) ao desenvolver sua dissertação de mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre a Sociedade Propagadora das Artes.

A visão positivista de sociedade imperou no século XIX, quando a educação, em geral, desvinculou-se das instituições religiosas que a provinha para a maioria da população. Os positivistas e reformistas, muitas vezes, mesmo alegando não prestar obediência à religião, não deixaram de alimentar-se das concepções moralizantes do passado e reproduziram, em seus discursos legislativos e de divulgação das escolas de artes e ofícios, a dimensão “salvadora” desse ensino para uma população que, segundo eles, não guiada e educada, perder-se-ia na ociosidade e vícios, como claramente aponta Luiz Antônio Cunha (2000).

No contexto de crescimento urbano e populacional do século XX, na recente República Brasileira, a perspectiva manteve-se semelhante. Líderes, como Rui Barbosa, Leôncio de Carvalho e muitos outros idealistas, partiam do pressuposto que cabia ao Estado evitar que os menores de classes populares se rendessem à criminalidade, numa preocupação de caráter filantrópico e político, e, para que isso não ocorresse, seria necessária uma educação profissional desde cedo. No bojo dessa ideia, encontrava-se também o intuito de formar operários qualificados para o processo de industrialização, como preconizava o modelo econômico anunciado (ALVES, 2016; BERTELLI, 2016).

Foi embalado numa ideologia positivista republicana, permeada das noções da educação e do trabalho como salvadoras do homem e do país, que Nilo Peçanha deu início ao 1º projeto de lei que formulou o ensino profissionalizante, criando as Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), em 1909.

A Lei Nilo Peçanha continha o projeto de formação de uma sociedade para o trabalho, que ofereceria preparo técnico e intelectual para que adolescentes e jovens vencessem as adversidades impostas pela precariedade da vida material, pois, conforme a ideologia consubstanciada pelo Decreto nº 7.566/1909: um dos primeiros deveres do Governo da República era formar cidadãos úteis à Nação (BRASIL, 1909). Luisa de Marillac Silva analisa, criticamente, esse modelo educacional a partir da ótica da distinção entre trabalho intelectual e manual. O primeiro destinado a uma elite, enquanto o segundo era entendido como meio de salvação de pobres e excluídos. Em suas palavras:

Pensava-se na construção de uma sociedade do trabalho, onde menores considerados como potenciais desordeiros, geralmente filhos das classes proletárias, receberiam instrução através de uma rígida disciplina. Faz-se necessário destacar que a qualificação que se pensava era voltada para o trabalho manual, em oposição ao trabalho intelectual. (SILVA, 2016, p. 76).

O ensino profissional regulado pela legislação federal (Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909) incumbiu os estados brasileiros da responsabilidade por conduzir as EAA. Tais estabelecimentos de formação de mão de obra especializada, posteriormente, tornaram-se Liceus Industriais (Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, art. 37) no contexto do Estado Novo e sob a batuta de outro reformador da educação brasileira: Gustavo Capanema.

Ainda, durante o regime ditatorial de Getúlio Vargas, os Liceus Industriais passaram a ser organizados como Escolas Industriais Federais (Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942). Na dita Era da Redemocratização (1945 a 1964), o termo “industrial” foi subtraído da nomenclatura do estabelecimento de ensino responsável pela formação profissional e veio a se chamar: Escolas Técnicas Federais, (Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959).

Nos “anos de chumbo”, como ficou conhecida a Ditadura Militar instaurada em 1964, nada foi alterado neste âmbito da educação nacional. Apenas, no começo do governo de Fernando Henrique Cardoso, a consolidada Escola Técnica é atualizada em sua proposta e nomenclatura, passando a ser intitulada de Centros Federais de Educação Tecnológica (Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994).

Contudo, o maior investimento e reformulação estrutural desse ensino de caráter técnico e profissionalizante se fez na 1ª década do século XXI, 99 anos após a Lei de Nilo Peçanha que criou as Escolas de Aprendizes Artífices. Trata-se dos Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008), considerados os mais importantes marcos dessa história do ensino voltado para a formação de mão de obra.

Para esses marcos em Santa Catarina, a partir da capital de Florianópolis, têm-se as seguintes datas:

- a) Escola de Aprendizes Artífices – 1910
- b) Liceu Industrial de Santa Catarina – 1938
- c) Escola Industrial Federal de Santa Catarina – 1942
- d) Escola Técnica Federal de Santa Catarina – 1968
- e) Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina – 2002
- f) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Campus Florianópolis – 2008.

Nessa estrutura educacional, organizada pelo governo federal em Florianópolis, somente, até 1968 houve curso de formação voltado para o setor do vestuário, no caso, a formação em alfaiataria.

Enfim, após essa introdução situando o leitor na longa duração em que o ensino profissionalizando foi organizado em nosso país e em Santa Catarina, o artigo se organiza em 3 partes, a saber: narrativa da formação oferecida aos aprendizes alfaiates e a legislação estadual relativa ao ensino profissional; o projeto socioeconômico elaborado e implantado para Florianópolis do começo do século XX ao começo dos anos 1970 e, para finalizar, se expõe as conclusões que o estudo proporciona e que faz refletir sobre a proposição do Bacharelado em Moda no final do século XX.

2 APRENDIZ ALFAIATE

O substantivo alfaiate é masculino na língua portuguesa e não varia conforme o gênero. Essa condição idiomática aponta para a questão cultural centenária de o exercício da profissão ser confiada ao homem, mesmo que muitas mulheres tenham estudado e exercido a profissão de alfaiate.

Em relação à formação desse profissional pelas instituições catarinenses arroladas acima, ela foi oferecida majoritariamente aos homens, mesmo que, ocasionalmente, houvesse mulheres matriculadas nas turmas do Curso de Alfaiataria entre 1950 e 1958, na época da Escola Industrial. Durante esses 9 anos, 1.373 homens se inscreveram no curso enquanto 110 mulheres também o fizeram (ALMEIDA, 2003, p. 49).

Em geral, quando uma mulher desejava aprender as artes do corte-costura, primeiramente, ela recorria ao próprio ambiente doméstico, ou, a partir de 1935, poderia

buscar o ensino profissionalizante feminino na capital catarinense. A Escola Profissional Feminina de Florianópolis se instaurou durante o Governo Constitucional de Getúlio Vargas pelo Decreto Estadual nº 713 de 5 de janeiro de 1935, como foi previsto no artigo 63 do citado decreto. Após o término do Estado Novo (31/01/1946) e retomada do regime democrático, por meio da Lei Estadual nº 235, de 10 de dezembro de 1948, o currículo e fins da Escola Profissional Feminina foram reformulados³. Novamente sob as tempestades da ditadura, em 1965, nova lei foi promulgada, regulando a educação em Santa Catarina e o funcionamento da EPF – Lei Estadual nº 3676, de 28 de junho de 1965. Posteriormente, às margens da redemocratização nacional, em 1983, as grades curriculares foram revisadas por meio do projeto “Educação para o Trabalho”, o qual previa um avanço em relação à profissionalização da escola com a implementação do curso “Educação para o Vestuário”, com disciplinas de modelagem e costura (FERNANDES, 2007, p.27-28)⁴.

Em relação às estudantes de Alfaiataria na Escola Industrial, segundo informações coletadas por Almeida (2003) e Cintra (2004), a maioria delas não completava o curso, desistindo nos primeiros anos. Em 1955, Amélia dos Reis Ouriques foi a primeira a concluir o curso e exerceu a profissão de costureira em ateliê montado em sua própria residência. Maria Cristina Cintra cita, ainda, que registros escolares de 1961 apontam 3 nomes femininos como concluintes do curso: Lenita Lea Gonçalves, Nair Pulqueira dos Santos e Fermínia Maria Luiz (CINTRA, 2004, p. 106). Os três nomes não foram localizados, em jornais da época, como alfaiates que ofereciam seus serviços na cidade. Diferente de muitos nomes masculinos, formados no estabelecimento.

A dificuldade de uma mulher se inserir no mercado de trabalho como alfaiate e a existência de duas formações técnicas para trabalhar no setor do vestuário, separadas conforme o sexo dos estudantes, também ajuda a compreender a razão de, por tantas décadas, a presença de mulheres no curso de Alfaiate do “Liceu Industrial” e depois “Escola Técnica” ter sido pequena e sem notícias posteriores de como exerceram a profissão.

A procura pela Oficina de Alfaiataria no período da Escola de Aprendizizes Artífices, especificamente entre 1913 e 1922, foi de 32 homens matriculados, em média, por ano. O ano de 1915 registrou um desvio nesse padrão, tendo 51 aprendizes matriculados. Por outro lado, em 1923, dos 209 alunos matriculados na EAA de Florianópolis, mais de ¼ buscou o curso de Alfaiate, totalizando 65 inscritos, conforme consta no relatório abaixo exibido.

³ A respeito dessa questão, ver nos Anais do Congresso de Iniciação Científica em Design e Moda, 2021, realizado pela ABPEM, o artigo a respeito desta autoria e Juliana de Azevedo Pereira.

⁴ O documento do projeto com o título “Educação para o trabalho” e subtítulo “Plano de Reestruturação das Escolas Profissionais Femininas” não foram encontrados na íntegra para análise.

Fig. 1: Fac-símile da fl. 255 do Relatório do Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio Miguel Calmon du Pin e Almeida, 1923

ESCOLA DE APRENDIZES ARTIFICES DO ESTADO DE SANTA CATHARINA			
Cursos			
Matriculas.	209	Frequencia média . . .	98
Officinas			
		Matriculas	
Alfaiataria		65	
Marcenaria		51	
Encadernação		4	
Mecanica		43	
Typographia		46	
	Produção	Renda	
Alfaiataria.	442\$000	227\$000	
Marcenaria.	1:094\$600	1:132\$000	
Encadernação.	1:087\$000	516\$000	
Mecanica	749\$700	316\$700	
Typographia	6:319\$500	2:108\$700	
	<u>9:691\$800</u>	<u>4:300\$400</u>	

Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, do então ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida do ano 1923. Disponível em: [Relatório Ministerial sobre a Escola de Aprendizes Artífices, 1923 \(ufsc.br\)](http://relatorio.ministerial.sobre.a.escola.de.aprendizes.artifices.1923.ufsc.br). Acesso em: 28/10/2022.

A despeito da procura pela aprendizagem em alfaiataria, poucos foram os que se formaram nessa primeira fase instrucional. Segundo o Relatório Anual produzido pelos diretores da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina e as análises de Luís Antônio Cunha (2000, p. 91-101), a média de concluintes do curso era apenas de 5 pessoas.

Desde a segunda década do século XX, a EAA foi sendo questionada em sua qualidade e função na formação da mão de obra qualificada. Impulsionado pelo surto industrial desse começo de século em São Paulo, cada vez mais a noção de filantropia e de “salvação pelo trabalho” de uma camada populacional vulnerável foi sendo secundarizada, para que a habilitação para o setor industrial fosse efetivada.

Nesse panorama econômico e histórico, Cintra afirma a partir de Cunha (2000):

A ideologia da escola como fábrica, a organização das oficinas, divididas em seções refletiam a aceleração do processo de industrialização do país e a urgência em adestrar, treinar e preparar a força de trabalho necessária para a indústria. (CINTRA, 2004, p. 91).

Enquanto o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo rapidamente passou a adotar a nova proposta educacional, optando por uma perspectiva de capacitação para o trabalho e não mais educativa da juventude, outros estados brasileiros mantiveram os propósitos originais da EAA, de dar ocupação, mais que formação, a um grupo social vulnerável.

Com a Constituição de 1934, todo o sistema educativo foi reformulado e a EAA de Santa Catarina se adequou às novas diretrizes promulgadas por Gustavo Capanema, tornando-se o Liceu Industrial de Santa Catarina, vinculado nacionalmente à Divisão do Ensino Industrial, órgão do Departamento Nacional de Educação (CINTRA, 2004, p.93).

Os antigos métodos de ensino, as disciplinas como “lições das coisas”⁵ foram sendo abandonadas em favor do ensino tecnicista, empenhado em adequar a mão de obra aos modelos produtivos seriados e capitalistas (MANFREDI, 2002, p. 94). Na ânsia de tudo “modernizar”, inclusive a denominação “Liceu Industrial” foi breve, passando, após 4 anos, a ser substituída por Escola Industrial. Na fase em que a Escola Industrial de Florianópolis foi instalada, exatamente a partir de 1942, a oficina de alfaiataria passou a se chamar Curso e a fazer parte da Seção de Artes Industriais. Conforme atesta Maria Cristina Cintra:

As transformações da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, primeiro em Liceu Industrial (1938) e, depois, em Escola Industrial de Florianópolis (1942), demonstravam as novas necessidades do ensino profissional, ou seja, trabalhadores adaptados aos interesses da produção industrial. (...). Os diretores das Escolas Industriais falavam em novas exigências de uma formação profissional, com base na ciência, voltada para a indústria. Além disso, houve o deslocamento de todo ensino profissional para o grau médio, na época ensino de segundo grau. (CINTRA, 2004, p. 136).

Outro fator que acelera a dissolução dos propósitos da Escola de Aprendizes Artífices foi a própria expansão industrial do país, realizada pelo governo de Getúlio Vargas e incrementada pelo contexto da 2ª Guerra Mundial na Europa e Ásia e de expansão industrial nos países da América. Nesse momento histórico ocorreu, nada por acaso, a inauguração do Sistema de Aprendizagem da Indústria e Comércio, atualmente conhecido como Sistema S: SENAI, SESC, SESI entre outras entidades formativas⁶ e de apoio ao

5 Segundo Queluz (2000, p. 68), entendia-se como “lições de coisas” o conjunto de atividades didáticas que sustentavam o “método de ensino intuitivo”, que se sustentava na defesa de que o conhecimento para se efetivar precisava ser ofertado em pequenas partes de fácil assimilação, por temas organizados de forma progressiva e racional.

6 SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; SESI: Serviço Social da Indústria; SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; SESC: Serviço Social do Comércio; SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; SENAT: Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte; SEST: Serviço Social do Transporte; SESCOOP: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo; e SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Segundo o site da FIABS: “Algumas dessas entidades foram criadas para promover o treinamento profissional em seus segmentos de atuação, além de consultoria e assistência técnica. Outras focam no bem-estar social, promovendo atividades culturais, esportes, eventos e lazer para seus associados ou para a população em geral. As receitas são advindas de contribuições obrigatórias das empresas – a partir de alíquotas recolhidas na folha de pagamento. Para não haver incompatibilidade entre o enquadramento sindical de uma empresa e a entidade para a qual ela contribui, cada membro do Sistema S está ligado a uma confederação. As confederações são organizações compostas por federações, que, por sua vez, são formadas por sindicatos. Cada entidade do Sistema S, portanto, assim como cada

empresariado nacional.

O primeiro rebento do novo modelo de formação profissional ocorreu em 22 de janeiro de 1942, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o qual precede as Leis Orgânicas do Ensino Industrial. No ano seguinte, em 1943, ocorreu a criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial, originando o SESC. Oito dias após, foi criado o SENAI. O decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, regulamentou a proposta e reafirmou como de “interesse comum da nação” a profissionalização da mão de obra, tão almejada pelas indústrias e apoiada pelos governos estaduais e, mesmo incutida como necessária, ao futuro trabalhador. Em meio à forte propaganda nacionalista, o jovem foi estimulado a se instruir e se preparar para ingressar na escola industrial, a fim de se tornar um profissional capacitado e cooperar com a economia nacional.

Entre 1943 e 1945, a unidade do SENAI, em Florianópolis, funcionou integrada à Escola Industrial de Florianópolis (FONSECA, 1986, v.5). Quando a instituição passou a ter sua própria sede, foi oferecido o curso de Alfaiataria, a partir de 1946, com duração de 3 anos. O curso funcionava em parceria com Alfaiates estabelecidos que recebiam os alunos como aprendizes/estagiários em meio turno e pagando um salário parcial. As aulas eram teóricas na unidade escolar e práticas nas oficinas em que os estudantes aprendiam, realizando o trabalho. Ao final, o concluinte recebia uma Carta de Ofício de Alfaiate, como João Bonfim Régis narrou para Maria Cristina Cintra, em entrevista de 2002 (CINTRA, 2004, p. 111).

Segundo Almeida (2003), mesmo com a denominação de Curso de Alfaiataria na Escola Industrial, a partir de 1942, as matérias centrais de formação não se alteraram, permanecendo: Corte, Costura, Confecção de Paletós, Confecção de Uniformes e de “Obras de Cinta”, que eram trajes mais elaborados para momentos de gala, como: smokings e fraques (CINTRA, 2004, p. 97). Além da formação regular, eram oferecidos os “cursos de mestria”, uma especialização realizada em dois anos suplementares. Essa formação extra foi mantida até o ano de 1953 (CINTRA, 2004, p. 98).

No crescer da proposta de Brasil desenvolvido e industrial e da mão de obra a ser qualificada, o presidente Juscelino Kubitschek, em 16 de fevereiro de 1959, sanciona a Lei nº 3.552 que:

confederação, atende a uma área específica da economia. A exceção é o Sebrae, ligado a empresas de determinado porte (micro e pequenas) e que, por isso, não é vinculado a nenhuma confederação. As instituições do Sistema S são de direito privado, ao contrário do que muitos imaginam. No entanto, recebem contribuições para fiscais (que não são advindos diretamente de recursos orçamentários) e realizam atividades de interesse social. Por isso, estão sujeitas a normas semelhantes às que incidem sobre a administração pública”. Disponível em: [Sistema S: O que é, Importância e História - FIA](#) Acesso em: 28/10/2022.

Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Instituídas as escolas técnicas federais como autarquias, a partir das escolas industriais e técnicas mantidas pelo Governo Federal. (BRASIL, 1959).

Complementando essa lei, em 25 de abril de 1961, Jânio Quadros dispõe sobre o ginásio industrial através do decreto nº 50.492 (BRASIL, 1961). As orientações para o ensino profissional de 1961 foram alteradas até que, durante a ditadura militar, em 20 de agosto de 1965, pelo decreto do presidente Marechal Castelo Branco, lei nº 4.759, a denominação e qualificação das escolas técnicas e universidades foram mudadas (BRASIL, 1965).

Em Santa Catarina, esse novo formato de ensino profissional e industrial é regulado pela Lei n. 3191 de 06 de maio de 1963 que, em sua Seção II: Do Ensino Técnico, prevê, conforme redigido no art. 77 que “o ensino técnico, de grau médio, abrange os seguintes cursos: a) industrial; b) agrícola; c) comercial”. Mais adiante, na mesma Lei, em seu art. 81 é dada margem para a continuidade de cursos como o de alfaiataria, corte e costura entre outros, no caso, sob a denominação “cursos de artesanato e de mestria”, não sendo mais, contudo, de encargo da educação pública mantida pelo estado, já que, no parágrafo único do referido artigo, está posto: “Será permitida, em estabelecimentos isolados, o funcionamento dos cursos referidos neste artigo” (ALESC, 1963).

Mediante essas mudanças legais e políticas nacionais para o ensino profissionalizante, o curso de alfaiataria da Escola Industrial, denominada a partir de 1968 de Escola Técnica Federal de Santa Catarina, foi sendo extinto e os profissionais do ramo, consequentemente, adotaram outros meios de formação, como o SENAI, citado acima.

Portanto, mediante uma perspectiva industrialista de desenvolvimento econômico, em que forças institucionais e setores empresariais se coadunam, as formações profissionais centradas em manualidades, em produções manufatureiras e de baixo impacto econômico regional foram descartadas, pois as instâncias públicas vislumbraram outro modelo produtivo e de educação profissional como projeto de nação e crescimento econômico.

Inclusive, o termo educação foi abstraído do debate político e se adotaram termos, como formação profissional, capacitação para o trabalho e outros que focavam diretamente no adestramento técnico da mão de obra, sobrepondo-se, até o presente, o termo “ensino técnico” ou “tecnólogo”.

Cabe, então, discutir o segundo eixo da argumentação proposta, a saber: o projeto socioeconômico elaborado e implantado para Florianópolis do começo do século XX ao começo dos anos 1970.

3. CAPITAL DE SERVIÇOS E SONHOS

Nacionalmente a industrialização e a modernização do Estado se fizeram aceleradas a partir de 1950, numa franca opção por ingressar o Brasil no modelo industrial e capitalista mundial. Em Santa Catarina o processo é semelhante.

Antes de alcançar a temporalidade de franca modernização da capital de Santa Catarina, cabe analisar o perfil político das terras barriga-verde. O Estado catarinense nunca configurou uma oposição sistemática ao governo federal desde o desfecho trágico e violento da Revolução Federalista de 1894, que levou ao fuzilamento de 185 pessoas, muitas pertencentes a famílias importantes da capital e que eram opositoras de Floriano Peixoto, na Ilha de Anhatomirim. O próprio Hercílio Luz, de defensor dos federalistas, tornou-se, em fins de 1894, governador do Estado.

Diante da brutalidade, a regra “obedecer” passou a vigorar. Se disto resulta a pequena expansão dos partidos de esquerda em Santa Catarina, outros estudos já analisaram com qualidade (HASS, 2003; 1993).

De qualquer maneira, a partir de 1947, com o fim do Estado Novo e a retomada dos processos democráticos de eleição, o empresário Aderbal Ramos da Silva foi eleito como governador do Estado e deu início ao processo de modernização da cidade. Foi casado com a filha única de importante família rica da cidade, a senhora Rute Hoepcke, e junto com seu empreendedorismo, tornou-se abastado comerciante, fundador do primeiro centro comercial, o ARS, e investidor da ampliação da cidade na oferta de serviços qualificados no comércio e setor imobiliário⁷.

O mandato posterior, entre 1951 e 1956, foi exercido por Irineu Bornhausen, nascido em Blumenau, filho de imigrantes suíço-alemães e casado com Marieta Konder, cujos irmãos eram homens públicos e um deles havia sido governador, Adolfo Konder. Provindo do Vale do Itajaí, sua administração voltou-se para os interesses da indústria de forma enfática. Seguiu-se, por breve tempo, o governo de Jorge Lacerda, outro filho de imigrantes gregos, vinculado ao comércio local, sendo ele um homem de letras. Após seu falecimento, assumiu o vice-governador, provindo do sul do Estado e também de origem imigrante e vinculado às carboníferas da região de Criciúma.

Contudo, foi Celso Ramos, governador de 1961 a 1966, membro da tradicional família política de Lages, tio de Aderbal Ramos da Silva, filho de Vidal Ramos (governador de 1910 a 1914) e irmão de Nereu Ramos (único catarinense a presidir o Brasil, interventor estadual, deputado federal e senador), que deu o maior impulso para a modernização da máquina estatal. Com sua administração, que foi antecedida por um amplo Censo Socioe-

⁷ Todos os dados e informações deste e próximos parágrafos foram retirados da tese da autora: SANT'ANNA, 2005.

conômico do Estado, formando a base de seu plano de governo e campanha para eleição, o governador, as secretarias estaduais multiplicaram-se de 09 (em 1949) para 41 ao final do mandato de seu sucessor, Ivo Silveira, outro homem de trajetória extensa como deputado e nascido na cidade de Palhoça, meio rural, naquela época, próximo à capital.

Conforme assevera a historiadora Sant'Anna:

A modernidade é, desde então, eminentemente, desejo de futuro, em Florianópolis, pois sua condição econômica não contava com uma forte industrialização e nem mesmo com uma plena urbanização. Foi a intervenção estatal em pontos específicos da urbe que produziu mudanças suficientes para acionar crescimento urbano, populacional e econômico mais expressivo e fazer com que o sonho viesse a se constituir em possibilidade. (SANT'ANNA, 2005, p. 35).

Ainda no cenário político de modernização desse contexto, duas pontas de iceberg devem ser colocadas na discussão:

A 1ª: a organização do Sistema S em Santa Catarina ocorreu por iniciativa de Celso Ramos, sendo ele o fundador do SENAI no Estado, em 1942. Também esse homem político foi responsável por fundar, em 1950, a Federação das Indústrias de Santa Catarina, tendo sido presidente da FIESC por 3 mandatos consecutivos, da fundação até 1960, o que foi fundamental para a organização das unidades do SESI (Serviço Social da Indústria) e do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial).

A 2ª questão relevante: foi a proposição, neste contexto de rápidas mudanças dos modelos de desenvolvimento, do 1º Plano Urbanístico de Florianópolis, de autoria Edvaldo Paiva e Demétrio Ribeiro. A proposta foi focada no crescimento em direção ao continente e na implantação de um porto para cargas⁸. O turismo, a vida universitária e o crescimento em direção ao leste da Ilha de Santa Catarina eram de interesse das elites locais e por não terem sido priorizados no plano urbanístico, esse plano foi descartado, como é sintetizado por Sant'Anna, a partir de outros autores, como Sugai (1994) e Marcon (2000):

Os motivos que impulsionaram a redefinição das áreas de atuação das elites locais estariam relacionados, primeiramente, ao crescimento das atividades administrativas enquanto as atividades portuárias decaíam e, depois, relacionado à ampliação das atividades da construção civil, impulsionada pelo aumento da demanda e pela mão-de-obra disponível composta de migrantes, (...). Também se associava, nesse conjunto de motivações, a melhoria do setor energético, a ampliação do sistema de fornecimento de águas tratadas com a construção da primeira Adutora de Pilões (1946) e o início da construção da atual BR 101. Também a busca do desenvolvimento das atividades turísticas contava entre estas motivações, (...) (SANT'ANNA, 2005, p. 150)

⁸ Estudos sobre o Plano urbanísticos de 1952 quanto a sua filosofia, abrangência e resultados sociais podem ser vistos em PEREIRA, E., 1999, pp. 252 et seq. RIZZO, 1993 e no próprio Plano: PAIVA et alii., 1952.

Portanto, nesse cenário histórico e político, a escolha pela formação de mão de obra qualificada para a indústria destoa do modelo de desenvolvimento econômico que a elite política florianopolitana define para a capital do Estado.

Fig. 2 Fotografias do centro de Florianópolis entre 1956 e 1970



Fonte: Montagem da autora, a partir do Jornal O Estado, edições diversas.
 Fotógrafos da época: Paulo Dutra e Orestes Araújo.

Cabe, ainda, destacar que estudos sobre o crescimento da população economicamente ativa, como o realizado pelo professor Peluso (1991), apontam claramente que houve concentração no 3o setor, como no comércio de mercadorias, prestação de serviços e atividades sociais, em detrimento de atividades industriais e agropecuárias. Conforme dados do IBGE, duas tabelas comparativas não deixam margens a dúvidas.

Quadro 1: Percentual de população economicamente ativa, ocupada em atividades do setor terciário, entre 1950 e 1970

<i>Ano base</i>	<i>Pop. Ativa absoluta</i>	<i>N. absoluto</i>	<i>% do terceiro setor</i>
1950	20 682 pessoas	11.163	53,9
1960	29.470 pessoas	19.609	66,5
1970	40.485 pessoas	38.861	95,9

Fonte: Síntese da autora a partir de dados do IBGE⁹.

⁹ IBGE, Censos demográficos de 1950, 1960 e 1970. É contabilizada, exclusivamente, a população de Florianópolis sede, desconsiderando os distritos, o que leva a zero o setor primário para 1970.

Quadro 2: Comparativo de crescimento das atividades comerciais e da prestação de serviço no Município de Florianópolis, entre 1950 e 1970

<i>Anos base</i>	1950	1960	1970
Sector de atividade	Prestação de serviço		
Quantidade de estabelecimentos	214	226	464
Valor total da receita	0	185.685	2.298.400
Pessoal ocupado	849	872	1.871
Sector de atividade	Comércio varejista		
Quantidade de estabelecimentos	561	574	1258
Valor total da receita	160.670	1.464.138	32.398.500
Pessoal ocupado	1.388	2.022	4.492
Sector de atividade	Comércio Atacadista		
Quantidade de estabelecimentos	98	40	52
Valor total da receita	338.672	1.376.623	7.187.500
Pessoal ocupado	661	499	402

Fonte: Síntese da autora a partir de dados do IBGE¹⁰;

Como bem sintetiza Sant’Anna em seu estudo sobre o modelo de modernização da capital catarinense:

Portanto, o crescimento na ordem de 2,16 vezes ocorrido entre 1950 e 1970, no número de estabelecimentos de prestação de serviços na cidade, corresponde à demanda de uma população preocupada com o conforto pessoal, possuidora de uma renda mensal não tão restrita e que, voltada para uma sociabilidade mais aberta, incentiva as atividades de lazer, mas, principalmente, ocupa-se com sua exibição, fomentando serviços, espaços e meios pelos quais ela podia ser plenamente exercida. (SANT’ANNA, 2005, p. 179).

Diante desse cenário, a razão do curso de alfaiataria não ter sido mantido na Escola Técnica de Santa Catarina ou em outra instituição similar de comando estadual deve-se à opção política de conduzir a educação profissional, no país, apenas para a sua dimensão industrial, o que, entre contradições históricas inerentes às relações de poder das elites catarinenses, foi seguido pelos governos estaduais, a despeito do modelo de desenvolvimento econômico adotado para Florianópolis.

10 IBGE. **Censos Comercial e de Serviços Santa Catarina – 1950, 1960, 1970.** Valores em unidades de Cr\$ 1.000. * Valores expressos pela moeda de 1966, anterior à instituição do Cruzeiro Novo, para não mascarar a proporção de crescimento. ** Poderia ter sido incluído ainda o comércio misto, que no caso foi aqui excluído pela sua participação reduzida nas atividades comerciais locais.

4. BACHARELADO EM MODA, A ASCENSÃO DE STATUS QUO DE UMA PROFISSÃO CENTENÁRIA

Como analisado no subtítulo anterior, Santa Catarina seguiu a condição histórica mundial da expansão capitalista da economia que, entre outras coisas, fez com que a produção do vestuário por sistema produtivo industrial suplantasse a confecção de roupa por processos artesanais, antes desenvolvida de maneira doméstica, ou sob encomenda. A roupa produzida industrialmente, feita em série e vendida em centenas de unidades, desbancou, mundo afora, o traje produzido em unidades e sob o gosto do usuário final (RIFFEL, 2003).

O governo catarinense só voltou a investir na formação de profissionais do vestuário no final do século XX, quando foi discutida a formação do 1º Curso Superior em Moda integrado à Universidade do Estado de Santa Catarina. Esse investimento tem relação com o crescimento do setor de confecção no Estado (THEIS et alii, 2022) e com uma discussão acadêmica instaurada no país, porém não tão diretamente como se poderia rapidamente deduzir.

Desde as últimas décadas do século XX, no Brasil, a discussão sobre a pertinência de se afirmar se haveria ou não uma moda brasileira foi revigorada e tornou-se comum em alguns circuitos culturais, especialmente em São Paulo. Essa discussão foi incrementada por diversos fatores e, especialmente, pelo fato de ter sido criado o primeiro Curso Superior em Moda: Faculdade Santa Marcelina, em 1988, ao lado de eventos de caráter independente (Mundo Mix, Phyto ervas Fashion, Casa de Criadores), das grandes empresas têxteis ou da comunicação social. O grupo de professores e alunos reunidos num ambiente universitário passou a questionar os modelos e sentidos que se produziam no universo da moda no Brasil e, a partir daí, num processo centrífugo, difundir uma discussão mais densa e própria do meio universitário sobre a concepção e abordagens possíveis de Moda, reivindicando uma compreensão mais teórica do que prática dos fazeres em torno do traje.

Conjuntamente, a expansão do ensino superior – com medidas que facilitavam a abertura de novos cursos em instituições privadas de ensino, conforme preconizava a nova Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996 – deu novo impulso à valorização do título de bacharel ou licenciado em alguma área de conhecimento.

Segundo as autoras Broch; Breschiliare e Barbosa-Rinaldi (2020):

Isso foi possível, sobretudo, com a elaboração do Plano Nacional de Educação - PNE 2001-2010, no final da década de 1990. Nesse documento, constavam 295 metas para a educação, sendo 35 para a educação superior revelando uma preocupação com a expansão deste nível de ensino e propondo o aumento da oferta de vagas e de matrículas, além da diversificação do sistema pelo estímulo ao desenvolvimento da Educação à (sic) Distância e a institucionalização de um sistema

nacional de avaliação. (BROCH; BRESCHILIARE E BARBOSA-RINALDI, 2020, p. 258).

Outro aspecto relacionado à criação dos cursos superiores em Moda na década de 1990, já tomado como verdade, é a adoção da explicação historicista e linear apresentada por Dorotéia Pires (2002) e Dario Caldas (2004). Ambos não são historiadores e localizaram no “aquecimento da economia daquele período [1985 – 1999], à instalação de novas indústrias de fiação, de têxteis e de confecção de vestuário, da posterior política de abertura de mercado” (PIRES, 2002, p. 2), bem como no fato de os empresários do setor se reunirem em associações de classe por meio das quais buscaram soluções de inovação para o setor a partir da formação de mão de obra mais qualificada (CALDAS, 2004). Com essas argumentações, Pires e Caldas fundaram as razões para a criação e multiplicação de bacharelados em moda no Brasil.

Desde a criação do Sistema S e sua constante modernização, o SENAI teve potencial para a formação de mão de obra qualificada no setor produtivo do vestuário e, até hoje, milhares de profissionais encontram nessa instituição a formação de que necessitam, sem nada deverem em comparação a outros profissionais provindos do ensino superior. Logo, mesmo convincente, a razão histórica atribuída pelos autores acima citados não se sustenta. Ademais, o setor empresarial da confecção até hoje não tem valorizado os profissionais provindos do ensino superior, pois, na maioria dos casos, alegam que esses possuem “muita teoria e quase nenhuma prática”.

Ao contextualizar essa discussão em Florianópolis do final do século XX, colocam-se em cena atores políticos que almejavam encontrar no setor da confecção um novo veio de desenvolvimento econômico para a capital, desta vez mais compatível com o “destino” considerado adequado para ela, no caso, o 3º setor. Trata-se do prefeito Edison Adrão Andrino de Oliveira e Ninita Muniz. Eleito em 1986, Andrino teve um projeto de revitalização econômica da capital que consistia em implantação de um polo de informática, atualmente chamado Polo Tecnológico de Santa Catarina; um polo do vestuário e ampla organização de um sistema de informática de todo o serviço público. Bastante visionário para a época, seu projeto contou com apoio popular. Ninita Muniz, por sua vez, era proprietária de confecção e comércio de moda em Florianópolis, com duas lojas na capital e outra em Balneário Camboriú, além de revender para outras praças. Também presente no meio político local, foi convidada por Andrino para assumir a organização do Polo do vestuário (CLAUSEN, 2005; SANT’ANNA, 2018).

Dentre as ações planejadas por Ninita para desenvolver o Polo do vestuário de Florianópolis estava a capacitação da mão de obra e, para tanto, buscou apoio no Serviço Nacional da Indústria – SENAI – e no Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Em 1986, cursos de corte e costura industrial, modelagem, estilismo, mecânico

de máquinas e supervisor de confecções foram lançados pelo SENAI, em convênio com a Prefeitura Municipal de Florianópolis¹¹. Sua ação foi profícua e continuou mesmo após o curto governo de Andrino, criando, em 1986, a Associação das Indústrias do Vestuário do Aglomerado Urbano da Grande Florianópolis (ASSINVEST/SINDIVEST, 2002), com 43 empresários, majoritariamente mulheres.

Foi essa determinação e oportunidade de um cenário econômico favorável ao consumo do vestuário com valor agregado que fez com que a ASSINVEST se fortalecesse e, em 1990, propusesse a criação de um Bacharelado em Moda pela Universidade do Estado, nos moldes de outros já existentes no Brasil. Todavia, a Universidade Estadual não possuía corpo docente capacitado e, entre outros fatores, por meio de negociações feitas entre governo municipal e estadual, em 1991 foi criado um Curso de Especialização em Desenho Industrial: Estilismo e Modelagem junto ao Centro de Artes, nos quais professores do Curso de Licenciatura em Educação Artística e do Departamento de Ciências Humanas atuaram, oferecendo a formação desejada para um grupo de profissionais que provinham da própria ASSINVEST e que eram empresários, em sua maioria, do setor da confecção da Grande Florianópolis. Dentre os objetivos da especialização estava a intenção de, capacitando os profissionais do setor, alcançar a “eliminação da dependência dos centros hegemônicos e a criação de raízes locais e/ou regionais”.

Esse objetivo do curso de especialização de 1991 é tão curioso quanto ousado, pois nos 27 anos de existência do Bacharelado em Moda da UDESC isso não foi alcançado ou, talvez, mesmo não tenha sido considerado relevante.

Portanto, foi com a reafirmação do modelo de desenvolvimento econômico para a capital catarinense que o ensino profissionalizante para o setor do vestuário voltou a comparecer numa instituição pública e gratuita em Florianópolis.

Poderia se perguntar o porquê de a capacitação oferecida por instituições como o SENAI não era suficiente para os idealizadores do curso superior em Moda formulado para a Universidade Estadual. As razões, no entendimento das forças políticas do empresariado florianopolitano dessa “insuficiência” de uma formação profissionalizante desprovida do título de bacharelado, no contexto do fim do século XX, devem-se à conjuntura nacional, mais uma vez.

Como afirma Rodrigues, em seu estudo sobre o ensino superior brasileiro, são duas forças que se coadunam para a expansão do ensino superior no final do século XX

em nosso país. De um lado o setor empresarial recorre à venda de serviços educacionais,

¹¹ 1º convênio foi assinado em 09 de setembro de 1986 por Célio Goulart, Diretor Geral do SENAI/SC e Edson Andrino, Prefeito de Florianópolis. Neste, consta que o objetivo era “a implantação de cursos e programas de formação e aperfeiçoamento profissional de mão-de-obra (sic) industrial” (Cláusula 1). Em 06 de julho de 1991, foi realizado Termo Aditivo de Prorrogação do mesmo Convênio, sendo este assinado por Célio Goulart e Antônio Henrique Bulcão Vianna, prefeito. (Apud MAKOWIECKY, 1993, pp. 164 a 175).

tratando “a prática social educacional como uma mercadoria cujo fim é ser vendida no mercado educacional” (RODRIGUES, 2007, p. 6) e, de outro lado, o mesmo setor empresarial, como grupo social e como competidor diante do mercado interno e externo, busca se valorizar, concebendo a educação e o conhecimento como “insumos necessários à produção de outras mercadorias” (Idem).

Por isso, no ideal vislumbrado pelo empresariado local, por mais eficientes que tenham sido os cursos oferecidos pela UCPP (Unidades Comunitárias de Profissionalização e Produção), depois CPP (Centro Profissionalizante Popular), organizados pelo município a partir do governo de Andrino, nos quais 1076 profissionais foram capacitados, em 87 diferentes cursos ligados à confecção e, mesmo, todos os outros feitos pelo SENAI e SEBRAE¹², um curso superior era fundamental para oferecer uma suposta qualificação na produção local de vestuário.

Enfim, após a qualificação de um corpo docente mínimo pela conclusão da turma de Especialização em Desenho Industrial: Estilismo e Modelagem, a UDESC acatou a criação do Bacharelado em Moda por meio da Resolução n.0003/1993 do Conselho Superior Universitário em 26/02/1993, seguindo os modelos da Faculdade Santa Marcelina e das demais instituições de ensino superior pioneiras na última década do século XX.

Chancelado pelos recursos públicos, o empresariado local acreditou, com o início da formação superior em moda, que a oferta de um curso superior, com o status de Bacharel em Moda, num mercado já abarrotado de profissionais de formação secundária, atrairia uma clientela sedenta de um aval social.

O curso superior sonhado por Ninita e seus parceiros permanece em funcionamento, capacitando jovens provindos de diversas regiões do país e que, raramente, encontram campo de trabalho em Florianópolis. Na capital catarinense, o produto de moda revendido pouco ou nada traz de identidade regional e permanece, como outrora, subordinado às tendências mundiais de moda, reverenciando referências desterritorializadas e se sustentando apenas pela tradição da própria instituição que já consolidou o curso existente.

5. PARA FECHAR A DISCUSSÃO

Diante da pergunta que guiou os estudos, pesquisas e argumentações desenvolvidas: “em que medida as diferentes modalidades de ensino profissionalizante praticadas em Florianópolis, de iniciativa pública, atentou para o perfil socioeconômico da sociedade local, em especial, as formações voltadas para o universo da produção e consumo do

¹² Em 1991 foram realizados 3 cursos; em 1992, 15 cursos; em 1993 mais 03 cursos, sendo o último o único que traz no seu título a especificidade do público: “Custos para empresa de confecção”. Era um curso de 15 horas-aula, teve 21 participantes, provindos de 14 empresas. (Apud MAKOWIECKY, 1993, p. 80).

vestuário”, pode-se facilmente responder que:

Em seu início, no começo do século XX, com a Escola de Aprendizes Artífices, a estrutura escolar frágil e precária não foi atraente o suficiente para manter os jovens aprendizes em seu seio e, assim, a formação de alfaiate permaneceu mais promissora no cerne das próprias Alfaiatarias.

- a) A fase posterior, a mais próspera, de 1938 a 1968, com o Liceu Industrial ou Escola Industrial, em que a instituição de ensino esteve mais bem estruturada e a cidade mais expandida econômica e socialmente, foi um momento em que se apresentou maior sincronia entre a formação oferecida e o mercado local, o qual absorvia os aprendizes. A expansão dos números de matriculados e concluintes é um bom índice desse sucesso.
- b) A fase posterior, entre a extinção do Curso de Alfaiates e a entabulação de um possível Curso Superior em Moda, período de 1968 a 1991, a formação de profissionais do setor do vestuário deixou de ser um encargo da educação pública e todos os investimentos, bem qualificados, foram feitos na direção do profissional apto à produção industrial e seriada do vestuário, sob os cuidados das unidades educacionais do Sistema S.
- c) Por fim, o momento iniciado com a realização da “Especialização em Desenho Industrial: Estilismo e Modelagem”, em 1991, e com a institucionalização do Bacharelado em Moda, a partir de 1993, observou-se um surto de curta duração, em que a cidade, voltada para o 3º setor da economia, buscou qualificar altamente os profissionais do vestuário a fim de superar suas dependências do sistema internacional e capitalista da moda. Contudo, sem ter clareza desses propósitos e por estar, como outrora, muito mais em busca de copiar modelos estabelecidos em capitais, como São Paulo, do que atentar para sua realidade social, histórica, cultural e econômica local, permanece, ainda hoje, numa condição de excelência educativa, formando Bacharéis em Moda que não encontram emprego na região.

Enfim, a resposta à questão da pesquisa é redutiva: “pouco ou quase nada atendeu”.

E a razão dessa “desatenção”, se arrisca afirmar: deve-se à precariedade do compromisso político dos gestores públicos da educação catarinense e florianopolitana que acatam leis e decretos federais ou modelos de outras capitais sem um profundo e crítico diagnóstico da realidade local.

Precariedade semelhante pode ser atribuída aos docentes das formações em curso que, importando conteúdos e metodologias, encastelando-se em suas pesquisas sem diálogo com a sociedade, em suas inúmeras e infundáveis tarefas administrativas (estrategi-

camente imputadas para que pensem menos e rendam mais horas-atividades), bitolam, em série, estudantes que, por definição curricular, deveriam se tornar profissionais criativos e críticos, inovadores e cujo impacto social do exercício de suas funções no setor do vestuário e da moda acabariam por modificar o sistema naquilo que há de mais perverso:

- a subordinação dos sujeitos à aparência e sua consequente perda das identidades locais;
- o consumo acelerado e desregrado com toda a poluição planetária decorrente disso;
- a exploração da mão de obra operária atrelada ao setor do vestuário e, tantas outras coisas.

Das artes e ofícios chega-se ao presente, pois, afinal, todo sujeito é histórico e, portanto, herdeiro e responsável pelo universo social que o cerca¹³.

13 Revisão gramatical realizada por Albertina Felisbino, doutora em Linguística (UFSC, 2006).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alcides Vieira de. **Dos aprendizes artífices ao CEFET/SC**: resenha histórica. Florianópolis: Ed. do Autor, 2003.

ALVES, Wilson Barbosa. **A pedagogia de Rui Barbosa versus a filosofia positivista**: uma contribuição à discussão sobre o ensino do desenho no Brasil. Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho'. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (FAAC). Dissertação de Mestrado, 2016.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ALESC. Constituição (1935). Decreto nº 713, de 5 de janeiro de 1935. Decreto N. 713. Florianópolis, SC, Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/133656/Decreto%20713%20de%201935%20SC.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 20 ago. 2021.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Estado). Constituição (1965). Lei nº 3.676, de 28 de junho de 1965. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1965/3676_1965_Lei.html Acesso em: 11 nov. 2021.

BELINSLY, Alba Carneiro. **Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro** - dos pressupostos aos reflexos de sua criação - de 1856 a 1900. Dissertação de Mestrado em Artes Visuais. UFRJ, 2003.

BERTELLI, Luiz Gonzaga. **A construção de São Paulo e seus artífices, notas biográficas**. São Paulo: Academia Paulista de História/Centro de Integração Empresa-Escola, 2016.

BRASIL. **Decreto n. 50.492**, de 25 de abril de 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50492-25-abril-1961-390234-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10/11/2022.

BRASIL. **Lei n. 3552**, de 16 de fevereiro de 1959. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3552.htm Acesso em: 10/11/2022.

BRASIL. **Lei n. 4.759**, de 20 de agosto de 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4759.htm Acesso em: 10/11/2022.

BROCH, Caroline, BRESCHILIARE, Fabiane Castilho Teixeira; BARBOSA-RINALDI, Ieda Parra. A expansão da educação superior no Brasil: notas sobre os desafios do trabalho

docente. **Avaliação:** Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas) [on-line]. 2020, v. 25, n. 02 [Acessado: 10 novembro 2022], pp. 257-274. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-4077/S1414-40772020000200002>>. Epub 07 Set 2020. ISSN 1982-5765. <https://doi.org/10.1590/S1414-4077/S1414-40772020000200002>

BUSINNES SCHOOL. **Sistema S: O que é, Importância e História - FIA**. Acesso em: 28/10/2022.

CALDAS, Dario. Cursos e Desvios do [Ensino Superior de Moda. In: CALDAS, Dário. **Observatório de Sinais: teoria e prática da pesquisa de tendências**. Rio de Janeiro. Editora Senac, Rio, 2004.

CINTRA, Maria Cristina. **O processo de aprendizado do ofício de alfaiate em Florianópolis (1913-1968)**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, 2004.

CLASEN, Mary Neuza Freitas; **Ninita Muniz: a trajetória de uma modista catarinense**. 2005. 62 p. Trabalho de conclusão de Especialização - Universidade do Estado de Santa Catarina, 2005.

CPDOC. Relatório Referente aos Terrenos das Escolas de Aprendizes Artífices, 1935. Disponível em: In. Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura. Arquivo Gustavo Capanema. Disponível em: Relatório Ministerial sobre a Escola de Aprendizes Artífices, 1923 (ufsc.br). http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_gc_g&Pesq=%22Amazonas . Acesso em: 28/10/2022.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil, **Revista Brasileira de Educação** (São Paulo), n. 14, maio/agosto de 2000.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Lei n. 1463**, de 30 de abril de 1956. Assembleia Legislativa do Estado. Acervo Físico.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Lei n. 235**, de 10 de dezembro de 1948. Assembleia Legislativa do Estado. Acervo Físico.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Lei n. 3191**, de 06 de maio de 1963. Assembleia Legislativa do Estado. Acervo Físico.

FERNANDES, Rosane Schimitz. **Escola Profissional Feminina de Florianópolis: repro-**

duções sociais e culturais costuradas pela educação popular (1935-1983). Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Universidade Estadual de Santa Catarina/UDESC, Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura, Florianópolis, 2007.

FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil** (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: ETN, 1986, 2014.

HASS, Monica (Org). **Partidos, eleições e votos**. Chapecó/SC: Argos, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censos demográficos**, 1950/1960/1970. Rio de Janeiro: IBGE.

JORNAL O ESTADO. Florianópolis, 01 jan. 1950/ 31 mar. 1970. Diário.

MAKOWIECKY, Sandra. **Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Moda da UDESC**. Manuscrito, 1993.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCON, Maria Teresinha de Resende. **A metropolização de Florianópolis: o papel do Estado**. Dissertação (Mestrado em Geociências) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

PAIVA Edvaldo Pereira et alii. **Plano Diretor de Florianópolis**. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Rio Grande do Sul, 1952. (Acervo da Biblioteca Central da UFSC – obras raras).

PELUSO, J. V. Antônio. O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade. In: **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC; Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

PEREIRA, Elson Manoel. **Histoire d'un outil d'aménagement : le zonage, l'exemple d'une ville brésilienne**. Grenoble/FR. UPMF – Grenoble II, [Memóire de thèse]. 1999.

PEREIRA, Juliana; SANT'ANNA, Mara Rúbia. Ofício de alfaiate: de anúncios em jornais à perda da relevância da profissão. In: MARTINS, Marcelo; SENA, Taísa V. (Orgs). **Anais do Congresso de Iniciação Científica em Design e Moda (CIC-DEM)**. Barueri/SP: Estação das Letras e das Cores, 202.

PIRES, Doroteia. PIRES, Dorotéia B. A história dos cursos de design de moda no Brasil. **Revista Nexos**: Estudos em Comunicação e Educação. Especial Moda. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, ano 6, nº 9, 2002.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (1909). Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitães dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Rio de Janeiro, RJ. Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial de 26/09/1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10 ago. 2021.

QUELUZ, Gilson Leandro. **Concepções de ensino técnico na República Velha: 1909-1930**. Curitiba: PPGTE/CEFET-PR, 2000.

RIFFEL, Renato. **As reformulações das atividades de alfaiataria na região do Vale do Itajaí-Mirim diante do surgimento do mercado de *pronto para vestir* na década de 1970**. Monografia (Especialização em moda) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

RIZZO, Paulo M.B. **Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia. Caso de Florianópolis. 1950 a 1990**. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

RODRIGUES, José. **Os Empresários e a Educação Superior**. SP: Autores Associados, 2007.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. **Aparência e poder: novas sociabilidades urbanas, em Florianópolis, de 1950 a 1970**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. [Doutorado] Porto Alegre, UFRGS, 2005.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. Costuras narrativas de um passado recortado pelo presente. In: MAKOWIECKY, Sandra; OLIVEIRA, Sandra Ramalho e; COLLAÇO, Vera (Orgs). **Centro de Artes da UDESC: história, imagens e memórias**. Florianópolis: Editora da UDESC, 2018.

SILVA, Luisa de Marilac de Castro. **Entre o Desejável e o Possível: a Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte: 1909-1937**. Tese (Doutorado). Universidade Fede-

ral do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SILVA, Maria da Guia de Sousa. **Escola para os Filhos dos Outros:** Trajetória Histórica da Escola Industrial de Natal (1942-1968). Orientadora: Dra. Marlúcia Menezes de Paiva. 227 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SUGAI, M. Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de contorno norte-Ilha.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

THEIS, Mara Rúbia; RIFFEL, Renato; SCHMITT, Darlan Jevaer; SCHAEFER, Egéria Höeller Borges. A educação e a indústria do vestuário no nordeste catarinense: do aprendizado informal ao ensino profissionalizante. 17º Colóquio de Moda. Mesa 4: "Entre o ensino das artes e dos ofícios, heranças e projetos para a Moda hoje". Ocorrido dia 27/09/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IKdOpVFzp8E&t=265s>

Data de submissão: 09/10/2022

Data de aceite: 16/01/2023

Data de publicação: 01/02/2023

